


**CP\_11\_GESBA/2024**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A  
VIATURAS MULTIMARCA DA FROTA AUTOMÓVEL DA GESBA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

NOVEMBRO/2024



## **ÍNDICE**

### **PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SECÇÃO I Disposições gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Caderno de encargos

Cláusula 2.<sup>a</sup> -Objeto

Cláusula 3.<sup>a</sup>-Preço base

Cláusula 4.<sup>a</sup>-Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

#### **SECÇÃO II Contrato**

Cláusula 5.<sup>a</sup>-Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.<sup>a</sup>-Prazo de vigência do contrato

Cláusula 7.<sup>a</sup>-Cessão da posição contratual

#### **SECÇÃO III Obrigações contratuais**

Cláusula 8.<sup>a</sup>- Obrigações principais do cocontratante

#### **SECÇÃO IV Incumprimento do contrato**

Cláusula 9.<sup>a</sup>-Penalidades

#### **SECÇÃO V Resolução do contrato**

Cláusula 10.<sup>a</sup> - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.<sup>a</sup>- Resolução por iniciativa do cocontratante

#### **SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior**

Cláusula 12.<sup>a</sup> -Casos fortuitos ou de força maior

#### **SECÇÃO VII Resolução de litígios**

Cláusula 13.<sup>a</sup> -Foro competente

### **PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS**

#### **SECÇÃO I Preço contratual**

Cláusula 14.<sup>a</sup>- Preço contratual

#### **SECÇÃO II Pagamento**

Cláusula 15.<sup>a</sup>- Condições de pagamento

### **PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **SECÇÃO I Sigilo**

Cláusula 16.<sup>a</sup> -Proteção de dados

#### **SECÇÃO II Comunicações e notificações**

Cláusula 17.<sup>a</sup> -Comunicações e notificações

#### **SECÇÃO III Contagem dos prazos**

Cláusula 18.<sup>a</sup> -Contagem dos prazos

#### **SECÇÃO IV Legislação aplicável**

Cláusula 19.<sup>a</sup> - Legislação aplicável



## PARTE I

### Disposições gerais

#### Secção I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.ª

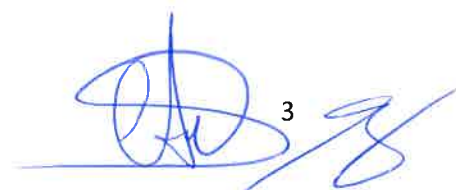
##### Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 2.ª

##### Objeto

1. O presente Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, visa a **aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica a viaturas multimarca da frota automóvel da GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.**, melhor identificadas no anexo I ao programa do procedimento, e outras que possam vir a ser adquiridas futuramente, nos termos e condições insertos no presente caderno de encargos e nos estipulados na memória descritiva, também em anexo ao programa do procedimento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos.
2. A presente prestação de serviços insere-se na categoria 50100000-6 “*Serviços de reparação e manutenção de veículos e equipamento afim, e serviços conexos*”, constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary – CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (rectificada pela Rectificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.



3

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Preço base**

1. O preço base global é de **EUR 600.000,00 (seiscentos mil euros)**, o que corresponde ao preço base anual de **EUR 200.000,00 (duzentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base fixado resultou dos preços obtidos em resultado de consulta preliminar ao mercado realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP. A informação pertinente poderá ser disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, em conformidade com a Orientação Técnica do IMPIC n.º 04/CCP/2019.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência**

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos e no Programa do Procedimento:

- a) Preço da mão-de-obra/hora;
- b) Percentagem de desconto das peças não tabeladas;
- c) Preço das peças tabeladas; e
- d) Serviço de diagnóstico e *reset* de avarias.

## **Secção II**

### **Contrato**

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Cláusulas por que se rege o contrato**

1. O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Na interpretação e execução do contrato devem observar-se, para além de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis:
  - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta do cocontratante;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta do cocontratante por este prestados.

3. Em caso de contradição, os documentos identificados no número anterior prevalecem sobre os demais pela ordem em que estão enumerados, com exceção da proposta do cocontratante, que prevalece sempre que o seu conteúdo for juridicamente compatível com os demais documentos que regem o contrato e sempre que seja mais favorável à entidade adjudicante.
4. Em caso de divergência entre os documentos identificados no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. As regras legais e regulamentares aplicáveis são observadas em todas as suas disposições imperativas e nas demais apenas na medida em que o regime que estabelecem não tenha sido alterado pelo contrato ou pelos documentos patenteados.
6. As epígrafes utilizadas no presente caderno de encargos e nos seus anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do presente caderno de encargos ou daqueles documentos.
7. As remissões, ao longo do presente caderno de encargos, para cláusulas ou alíneas são efetuadas para números ou alíneas do clausulado do mesmo caderno de encargos, salvo se do contexto resultar sentido diferente.
8. Sem prejuízo do disposto em outros documentos relevantes, a interpretação e execução do contrato devem ser sempre orientadas de forma a assegurar a celeridade, a eficiência e a eficácia da execução do contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato objeto deste procedimento é **válido pelo período de 1 (um) ano** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. O contrato renova-se automaticamente por sucessivos períodos de 1 (um) ano, até ao limite máximo de 3 (três) anos de vigência, salvo se for denunciado, por qualquer um dos outorgantes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por qualquer uma das formas de notificação plasmadas no CCP.
3. A renovação do contrato é condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço contratual de cada um dos respetivos períodos de vigência.
4. Para efeitos do disposto no número um da presente cláusula, conta a data da última assinatura, quando esta ocorra em datas diferentes.

 5

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. À entidade adjudicante cabe apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Secção III**

#### **Obrigações contratuais**

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestação dos serviços em conformidade com as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, com os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
  - b) Manter todas as viaturas em bom estado de funcionamento, cumprindo com todas as normas e critérios de segurança, bem como com toda a legislação em vigor;
  - c) Responsabilizar-se por todos os danos causados à GESBA relativos à prestação dos serviços que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
  - d) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
  - e) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
  - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - g) Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade

- adjudicante venha a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- h) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
  - i) Disponibilizar à entidade adjudicante a informação relevante para a gestão do contrato.
3. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Nos termos do artigo 419.º-A do CCP, na sua atual redação:
- 4.1. Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano têm de prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
  - 4.2. Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior a prazo da prestação de serviços.
  - 4.3. O disposto no ponto 4.1. não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
  - 4.4. O disposto nos pontos 4.1. e 4.1. não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

## **Secção IV**

### **Incumprimento do contrato**

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Penalidades**

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

 7 

- a) Em caso de atraso na prestação de serviços, o contraente público, notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, regularizar a situação;
  - b) O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso na prestação de serviço objeto do contrato, uma multa correspondente a 0,1% do preço do seu período de vigência inicial;
  - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo cocontratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.



## **Secção V**

### **Resolução do contrato**

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Resolução do contrato pelo contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:
  - a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;
  - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do serviço (quando houver atraso ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
  - c) O aumento injustificado dos preços;
  - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do contrato;
  - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do contrato, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
  - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.

 8 

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos serviços já realizados em conformidade com o contrato.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por iniciativa do cocontratante**

O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.

#### **Secção VI**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



**Secção VII**  
**Resolução de litígios**

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.



**PARTE II**  
**CLÁUSULAS ESPECIAIS**

**Secção I**  
**Preço contratual**

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

 10 



## **Secção II**

### **Pagamento**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. Para efeitos de pagamento, o cocontratante deve apresentar ao contraente público a correspondente fatura, **a qual só poderá ser emitida após a realização dos serviços.**
2. **A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da requisição, bem como tem de conter a descrição do objeto (serviço) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**
3. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**
4. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no ponto anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.
5. O cocontratante deve processar faturas eletronicamente no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, exceto para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades adjudicantes, as quais só têm essa obrigação a partir de 1 de janeiro de 2025.
6. O EDI utilizado pela entidade adjudicante é o iLink – Solução EDI e faturação eletrónica, acessível através sítio da internet [www.ilink.pt](http://www.ilink.pt).
7. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

 11 

**PARTE III**  
**Disposições finais**



**Secção I**

**Sigilo**

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

**Proteção de dados**

1. O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com a GESBA, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços à GESBA, não podendo transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e a GESBA.
4. Mediante solicitação, por escrito, pela GESBA, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente a GESBA, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

 12 

## **Secção II**

### **Comunicações e notificações**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **Secção III**

### **Contagem dos prazos**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

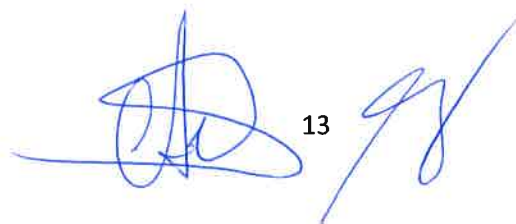
## **Secção IV**

### **Legislação aplicável**

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.



13